



DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- Maior estado brasileiro por área, com 97% de área florestal intacta
- 28% das terras do estado em territórios indígenas e 12% em áreas protegidas – incluindo a 1ª reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) em todo o país (Mamirauá)
- Introdução do Programa Zona Franca Verde (ZFV) em 2003 representou um novo paradigma no Amazonas incentivando a proteção florestal
- 2003-2008: o desmatamento caiu 61%, a economia do estado cresceu 9% ao ano, e as áreas protegidas aumentaram 135%

MOTORES DE DESMATAMENTO

- Retirada ilegal de madeira de pequena escala
- Pecuária de grande escala
- Pecuária de pequena escala
- Agricultura de pequena escala
- Agricultura de grande escala

MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO

32,63 Mt CO₂ (2010-2015)
Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira

ÁREA

1.559.149 km²

POPULAÇÃO

4.147.665 (2018)

IDH

67,40 (2010)

PIB

US\$ 23,75 bilhões (2015, Ano base 2010)

GINI

0,476 (2015)

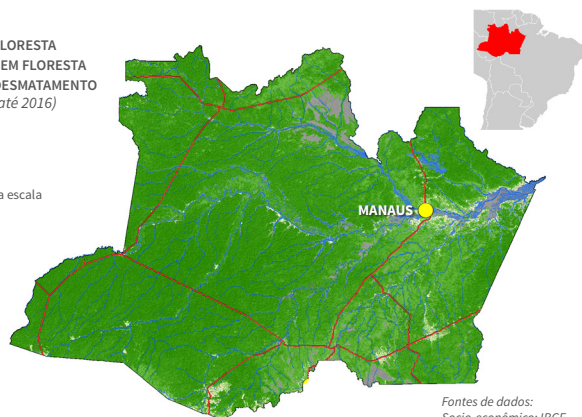
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Manufatura e outras indústrias
- Serviços públicos
- Comércio

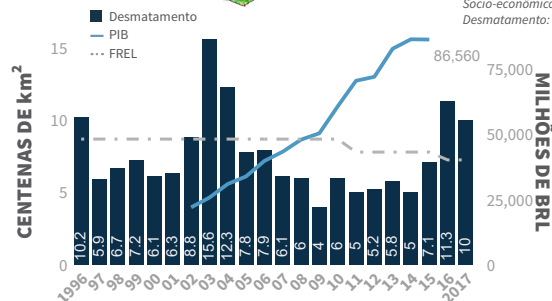
POPULAÇÃO RURAL/URBANA

16%/84%

- FLORESTA
- SEM FLORESTA
- DESMATAMENTO (até 2016)



Fontes de dados: Socio-econômico: IBGE
Desmatamento: PRODES

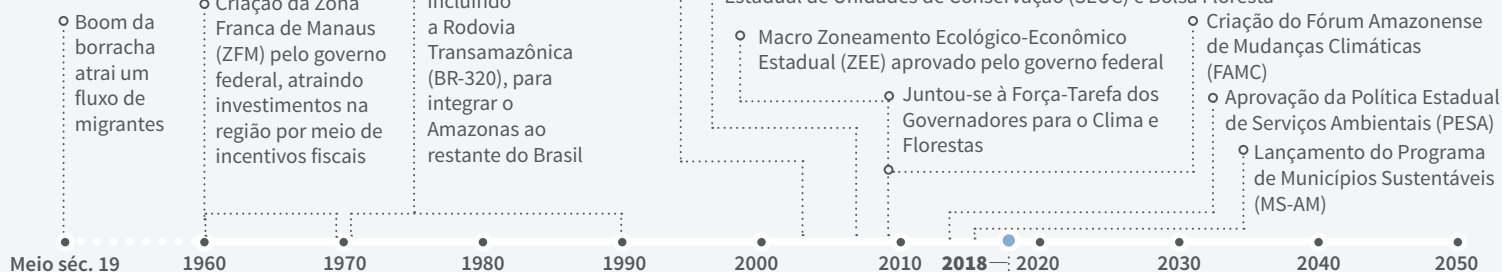


DESTAQUE EM INOVAÇÃO

O **Bolsa Floresta (PBF)**, criado em 2007 como um instrumento da PEMC-AM, é um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que beneficia famílias rurais em 16 das 32 RDS do Amazonas (cobrindo ~11 milhões de ha). Em 2008, o governo estadual colaborou com o Banco Bradesco na criação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), privada e sem fins lucrativos, para desenvolver e implementar programas incluindo o PBF. O PBF ressalta o engajamento público e realizou oficinas participativas com funcionários públicos, pesquisadores e organizações sociais, além de oficinas comunitárias durante o processo de concepção. Os participantes são beneficiados através de quatro subprogramas, em troca de seus compromissos de desmatamento zero: 1) Geração de Renda: atividades de produção sustentável geradoras de investimentos; 2) Infraestrutura Comunitária: investimentos para melhorar a qualidade de vida (ex.: educação, saúde, serviços de transporte); 3)

Empoderamento: apoio a associações de base para fortalecer e estimular novas as lideranças (ex.: capacitações, infraestrutura de escritório, transporte, logística); e 4) Bolsa Floresta Familiar: R\$ 50 de recompensa em dinheiro para as mães, entre as famílias participantes. A participação das famílias é voluntária; no entanto, os benefícios fornecidos no nível da comunidade atingem todos os residentes. O PBF foi a primeira iniciativa de REDD+ no Brasil a ser auditada em relação às normas da Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA). A partir de 2017, os benefícios alcançaram ~40.000 pessoas de 9.000 famílias. Os desafios contínuos incluem monitoramento e fiscalização em locais remotos em uma vasta geografia; atração de novos e diversificados financiamentos; e o alinhamento com outras políticas estaduais e nacionais.

LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES



COMPROMISSOS

1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. 2 Acabar com o desmatamento. 3 Limitar o desmatamento a 350 km²/ano. 4 Limitar emissões 80-95% abaixo dos níveis de 1990. 5 Contribuir com a meta nacional: redução de emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005 (contribuição estadual não definida). 6 Contribuir com a meta nacional: restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas.

JURISDICCIONAL

- Declaração de Rio Branco¹ ♦
- Declaração de Nova York sobre Florestas (NYDF)² ♦
- Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD-AM)³
- Under2 MOU⁴ ♦

NACIONAL

- Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) a UNFCCC⁵ ♦
- Desafio de Bonn⁶ ♦

♦ Parte de acordo internacional










INTERVENÇÕES-CHAVE DESINCENTIVOS MEDIDAS ESTRUTURANTES INCENTIVOS



1 Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). 2 Fundo Amazônia (através do Imazon). 3 WWF Brasil (Projeto Distrito Florestal). 4 Banco Alemão de Desenvolvimento KfW (Projeto Paisagens Sustentáveis). 5 Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). 6 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). 7 Imazon. 8 Conservação Internacional. 9 Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Ministério Nacional da Economia. 10 Secretaria de Produção Rural. 11 Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS). 12 Outras instituições privadas e públicas nacionais ou subnacionais a ser credenciadas pelo o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM).

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICCIONAL

 RECENTE  INTERMEDIÁRIO  AVANÇADO

Estratégia integrada de DRBE		• Fases iniciais do desenvolvimento da estratégia jurisdiccional de DRBE, financiada pelo PNUD
Plano espacial		• ZEE precisa ser atualizado (última atualização em 2012) • O Plano de Zoneamento da Região do Rio Purus do estado não foi aprovado pelo governo federal, devido a sua proposta de relaxamento da proteção florestal em municípios com alto desmatamento
Metas de desempenho		• O PPCD-AM está desatualizado e implementado inadequadamente; nova versão em análise pela Casa Civil – publicação prevista para julho de 2019 • Metas criadas através de compromissos formais (ex.: da Declaração de Rio Branco e da NYDF) não estão explicitamente incorporadas às leis estaduais
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)		• Dados nacionais do PRODES e do DETER sobre desmatamento publicamente disponíveis; não há mecanismo no nível estadual para avaliar planos de ação estaduais (pessoal técnico, infraestrutura e recursos financeiros insuficientes) • A PESA designa a SEMA como responsável pelo desenvolvimento de um sistema estadual de MRV; falta de recursos financeiros e alta rotatividade política atrasaram o processo
Políticas e incentivos		• As políticas existentes (ex.: PEMC-AM, PESA) fornecem estruturas e diretrizes de governança e gerenciamento de DRBE; implementação atrasada devido às mudanças nas prioridades do governo estadual • A PESA descreve a criação de um plano jurisdiccional de REDD+; no entanto, seu desenvolvimento foi adiado pela frequente rotatividade administrativa, causando descontinuidade política
Governança multiatores		• Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas (FAMC) inclui extrativistas, povos indígenas, setor privado, sociedade civil e órgãos estaduais; reúne-se trimestralmente para discutir a implementação do PSA • Apoio logístico e financeiro insuficiente para promover a inclusão dos povos indígenas nas discussões sobre políticas estatais
Agropecuária sustentável		• Programa Pró-Mecanização oferece crédito e assistência técnica a pequenos produtores (ex.: mandioca, frutas, gado) em áreas degradadas
Povos indígenas e comunidades locais		• PESA reconhece o conhecimento tradicional e apoia o reconhecimento de territórios e meios de subsistência dos PI; são necessários regulamentos para definir e garantir salvaguardas socioambientais em futuros programas jurisdicionais de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e REDD+ • O consentimento livre, prévio e informado é exigido por lei para atividades que afetam povos indígenas e comunidades tradicionais; no entanto, a consulta não é um fator determinante para autorizar atividades
Financiamento do DRBE		• PESA visa atrair financiamento público e privado através do Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais • MS-AM propõe alterações no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS Verde) para fornecer recursos financeiros aos municípios com desempenho ambiental positivo (ex.: reduções de desmatamento e emissões)

CITAÇÃO | A.C. Crisostomo, A.E. Duchelle, M. Cromberg. 2018. “Amazonas, Brazil” em C. Stickler *et al.* (Eds.), *O Estado de Sustentabilidade Jurisdiccional*. San Francisco, CA: EI; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETAS E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability 2019/05/02

EQUIPE TÉCNICA



COM O APOIO DO



com base em uma decisão do Parlamento Alemão



PROGRAMA DE PESQUISA SOBRE Florestas, Árvores e Agroflorestas

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- Os avanços de 2003-2008 na estrutura de políticas públicas de apoio ao DRBE foram prejudicados por sucessivas mudanças políticas na administração estadual (agenda política desfavorável e rotatividade política frequente)
- Financiamento insuficiente para definir elementos fundamentais do Fundo Estadual de Mudanças Climáticas (ex.: instrumentos econômicos e mecanismos para propriedades privadas, aspectos técnicos do MRV)
- Assistência técnica inadequada disponível para apoiar a produção de baixa emissão

OPORTUNIDADES

- Uma estrutura legislativa (incluindo PEMC, PESA) apoia o desenvolvimento da estratégia de DRBE e poderia facilitar novos financiamentos (ex.: Fundo Amazônia e Fundo da Força Tarefa GCF)
- PBF fornece lições para apoiar a transição das comunidades locais para o DRBE ao expandir as oportunidades de PSA para comunidades locais florestais
- PESA credencia o governo estadual para participação potencial em mercados nacionais e internacionais de carbono, e incentiva o cumprimento do Código Florestal